

# Comemoração do primeiro centenário da emancipação política de Sergipe: Um olhar a partir das revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)

*Cristiano Ferronato*<sup>1</sup>

*Maristela Andrade*<sup>2</sup>

*Patrícia Batista*<sup>3</sup>

## Resumo

O artigo apresenta reflexões derivadas da investigação realizada sobre o processo de construção da memória coletiva do povo sergipano a partir da comemoração de data cívica, 8 de julho, ocorrida no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE em 1920. O fio condutor desta trama corresponde à análise da dinâmica política/intelectual construída em torno da celebração do primeiro centenário da independência de Sergipe, organizada pelos membros daquele Instituto e registrada em sua revista, e do esforço empreendido em resgatar e perpetuar as gerações vindouras traços da história de Sergipe, por meio do reavivar de símbolos, imagens, documentos históricos e da construção de novos elementos voltado à identidade local.

**Palavras-chave:** Memória, História política de Sergipe, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

- 1 Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2012). Docente da Universidade Tiradentes-Sergipe nos cursos de Licenciatura e no Programa de Pós-Graduação em Educação-Mestrado e Doutorado da mesma instituição. É Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes. Pesquisador do Instituto de Tecnologia e Pesquisa-ITP. Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste (Gphen/Unit/CNPq). E-mail: cristianoferronato@gmail.com
- 2 Doutoranda em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/Unit), mestre em História, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), possui pós-graduação lato sensu em Escola e Comunidade, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), pós-graduação lato sensu em Docência e Tutoria em Ensino a Distância, pela Universidade Tiradentes (UNIT). Graduação em História Licenciatura, pela Faculdade José Augusto Vieira (FAV). Graduação em Ciências Naturais, pela Universidade Tiradentes (UNIT). Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa (FERA). Membro do grupo do Grupo de pesquisa História da Educação no Nordeste – (Gphen/Unit/CNPq). E-mail: maristella.andrade@hotmail.com
- 3 Doutoranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes-(PPED/Unit), com Bolsa PROCAPS/Unit. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pós-Graduada em Docência e tutoria em Educação a Distância pela Universidade Tiradentes (2012), Pós-graduada em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França (2009), Pós-Graduada em Gestão da Informação pela Universidade Federal de Sergipe (2002), Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe (2000). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste (Gphen/Unit/CNPq). E-mail: prof.patriciaabs@gmail.com



**Commemoration of the first  
centenary of the political  
emancipation of Sergipe: A  
look from the magazines of  
the historical and geographic  
institute of Sergipe (IHGSE)**

**Commemoración del primer  
centenario de la emancipación  
política de Sergipe: una mirada de  
las revistas del Instituto Histórico  
y Geográfico de Sergipe (IHGSE)**

53



*Abstract*

The article presents reflections derived from the investigation carried out on the process of construction of the collective memory of the Sergipe people starting from the commemoration of a civic date, July 8, at the Historical and Geographical Institute of Sergipe - IHGSE in 1920. The guiding thread of this plot corresponds to the analysis of the political / intellectual dynamics built around the celebration of the first centenary of Sergipe's independence, organized by the members of that Institute and recorded in its magazine, and of the effort undertaken to rescue and perpetuate the coming generations traces of Sergipe's history through the revival of symbols, images, historical documents and the construction of new elements focused on local identity.

**Keywords:** Memory, Political history of Sergipe, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

*Resumen*

El artículo presenta reflexiones derivadas de la investigación realizada sobre el proceso de construcción de la memoria colectiva de la gente de Sergipe desde la conmemoración de la fecha cívica, el 8 de julio, que tuvo lugar en el Instituto Histórico y Geográfico de Sergipe - IHGSE en 1920. El hilo conductor de esta trama corresponde El análisis de la dinámica política / intelectual construida alrededor de la celebración del primer centenario de la independencia de Sergipe, organizado por los miembros de ese Instituto y registrado en su revista, y el esfuerzo realizado para rescatar y perpetuar las huellas de la historia de Sergipe de las generaciones futuras. El resurgimiento de símbolos, imágenes, documentos históricos y la construcción de nuevos elementos destinados a la identidad local.

**Palabras clave:** Memoria, La historia política de Sergipe, Instituto Histórico y Geográfico de Sergipe.

## Introdução

Comemorar é reviver de forma coletiva a memória de acontecimento histórico considerado relevante pelo grupo social que, ao contribuir para modificar a vida de toda uma sociedade, torna a celebração significativa. Assim, manifestações culturais resultam da construção de seu processo histórico, representado pelo resgate e pela apropriação da memória e da realização de eventos voltados a construir ou perpetuar elementos simbólicos que atuam na construção de uma identidade comum.

A memória histórica, para complementar a sua expressividade e efetividade, pode ser materializada em eventos e monumentos materiais ou não materiais, que precisam de ritualização para se manter vivos no grupo social que os gerou. Daí surge a necessidade da instauração das comemorações nacionais e de todo o seu ritual simbólico.

Para Paul Ricoeur, a reflexão sobre o tempo é trilha pela qual o historiador precisa enveredar para melhor entender sua prática disciplinar. Por isso, as comemorações são fascinantes objetos de estudo, visto que elas se transformam em simbologias e monumentos capazes de perpetuar atos que, se não celebrados, tenderiam a ser relegados à zona de esquecimento humano, uma vez que a memória é seletiva e falha.

Muito do que se conhece de memória é colocado em museus, bibliotecas, expostos em praças públicas e mesmo difundido por meio de hinos, como sinal de reconhecimento e marco, enfim, de ato significativo do passado. O centenário da independência sergipana, por exemplo, teve como elementos de eternização do passado o busto de Tobias Barreto, a composição do hino de Sergipe e a definição da bandeira do Estado.

A celebração estudada enquadra-se no universo teórico-metodológico da história política renovada<sup>4</sup> apoiada na perspectiva político-cultural, voltada não só a recuperar antigos conceitos de sua produção, mas a incorporar nesse conhecimento novos olhares e novas formas de entender problemas históricos/historiográfico como o surgimento dos Estados modernos. Assim, o estudo das construções simbólicas e representações políticas sobre o passado constituem tema fecundo, possibilitando a discussão da formação das identidades. Nessa perspectiva teórica, abordamos a celebração do primeiro centenário da independência de Sergipe.

4 Movimento inaugurado por René Rémond (1981-2007), ao revalorizar e renovar a história política na França como resposta à visão tradicional do político na História. A História Política Renovada, segundo José D'Assunção Barros (2008), abriu espaço para o estudo de novas modalidades de poder, presentes na vida cotidiana, nos sistemas de representações, na expressividade do uso das palavras e dos discursos (os chamados micropoderes), além de corresponder a uma perspectiva histórica vista a partir das massas anônimas, dos de 'baixo', o indivíduo comum, rompendo com o estudos das excepcionalidades das grandes figuras e atos políticos, característicos da história política tradicional.



A tarefa de buscar e analisar o periódico comemorativo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe demonstra que, ao se celebrar o passado, estabelece-se elo entre este e o presente da memória, relação capaz de ‘eternizar’ atos memoráveis que devem ser retomados constantemente.

A análise da data de 8 de julho de 1920 é necessária por entender que ela marca o início de nova etapa administrativa e a consolidação do evento que redefiniu as diretrizes da política sergipana com relação a Capitania Baiana. O marco é o ponto de partida para uma nova escrita da trajetória histórica do povo sergipano, registrada a partir de momentos distintos e de disputas internas e externas, cenários que marcam e consolidam a confirmação do processo de consolidação da independência sergipana.

A leitura das atas transcritas e publicadas no periódico, revelam-se como fonte para a pesquisa histórica e para o resgate do episódio. Em suas páginas é possível conhecer o processo de planejamento da celebração, identificar personagens envolvidos, suas falas e preocupações. O estudo do periódico permite conhecer peculiaridades da história de Sergipe, e do IHGSE.



### *Institucionalização do IHGSE: a Casa de Sergipe*

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, instituído no ano de 1838, período de vigência do regime imperial, é a mais antiga e tradicional entidade voltada para a pesquisa e a preservação histórica e geográfica da identidade cultural e da memória nacional sob orientação oficial.

A história do Brasil escrita pelos membros do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro promove a construção/reprodução da trajetória regional e local das mais diferentes regiões do país, ressaltando valores ligados à unidade nacional e à centralização política, visto que naquele período da historiografia nacional a nova nação estava por constituir sua identidade e costumes próprios. O projeto do IHGB inicialmente estava voltado para a construção e propagação das tradições e do progresso por ser pensado como instituição responsável pela centralização do poder intelectual e formulação dos parâmetros da escrita da história nacional.

Como forma de divulgação dos resultados estabelecidos, o IHGB publica a Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - RIHGB que reúne artigos de seus membros e de integrantes de instituições congêneres. Dessa forma, buscava-se preservar a memória cultural do país e, por meio da publicação, propagar e apresentar contribuição à sociedade em geral.

Seguindo a mesma orientação, algumas Províncias passaram a fundar seu próprio Instituto, como forma de cuidar de sua documentação, estudar sua realidade e construir sua própria identidade.

Segundo Freitas (2002), no Nordeste, a primeira Província a criar seu Instituto foi Pernambuco (1862), seguido por Alagoas (1869) e Ceará (1887). Na fase republicana, os demais Estados foram instalando seus institutos: Bahia (1895), Rio Grande do Norte (1902) e Paraíba (1905). O de Sergipe foi um dos mais tardios (1912), antes apenas daqueles do Piauí (1918) e do Maranhão (1925).

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE foi fundado em 6 de agosto de 1912, por iniciativa do sociólogo Florentino Teles de Menezes (1886-1959) e 21 personalidades do meio cultural sergipano, em sua maioria bacharéis. Foi reconhecido como de utilidade pública estadual pela Lei nº 694, de 9 de novembro de 1915; considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58 do Congresso Americano de Biografia e História de Buenos Aires, em 1916; e reconhecido como de utilidade pública em âmbito federal pelo decreto nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920 (DANTAS, 2012, p. 18).

O IHGSE fixou suas diretrizes à luz daquelas vigentes no IHGB, voltado à construção do regionalismo, da história local, como lugar de memória e produtor de historiografia. Foi, em suma, idealizado com instrumento destinado a legitimar e a propagar os valores e as concepções políticas locais.

Sergipe era na época Estado que dispunha de quadro significativo de homens de letras, atuantes na capital federal e em outras partes do país, entre os quais se destacavam intelectuais como Silvío Romero (1851-1914), Tobias Barreto (1839-1889), Manoel Bomfim (1868-1932), Felisbello Freire (1858-1916), Laudelino Freire (1873-1937), Hermes Fontes (1888-1930), Maximino de Araújo Maciel (1866-1923), João Ribeiro (1860-1934) e Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior (1856-1929). A demora em se instituir no Estado espaço voltado para a preservação da memória é justificada de diferentes modos. Silvío Romero entende ser “Sergipe uma terra de emigrados”, tese sustentada por Joaquim do Prado Sampaio Leite e por Ibarê Dantas, quando registra:

Inegavelmente o ambiente [sergipano] era acanhado sob vários aspectos. Entretanto, no início dos anos dez, Sergipe passava por transformações modernizadoras, dentro de um ciclo de reformas político-administrativas e econômicas sob a direção do presidente general José Siqueira de Menezes (1911-1914). Depois de período político conturbado na primeira década do século XX, quando a sociedade dividiu-se por ocasião de uma revolta que resultou na morte dos dois principais líderes políticos do momento, Fausto Cardoso e Olímpio Campos [...] Esses melhoramentos materiais atingiam, sobretudo, Aracaju, uma pequena cidade de cerca de 30 mil habitantes, cuja elite intelectual dava sinais de preocupações com temas socioculturais e com a memória da sociedade (DANTAS, 2012, p.28).



O IHGSE é resultado da geração intelectual influenciada pela Escola do Recife, da qual muitos dos seus fundadores eram discípulos, ou admiradores de Tobias Barreto, que pregava o monismo, o culturalismo e o evolucionismo e combatia a corrente espiritualista e metafísica da Igreja Católica, o laicismo.

A primeira sede do IHGSE foi o Tribunal de Relação (1912-1914) onde foram realizadas reuniões de organização do Instituto e gestada a consolidação do seu estatuto e seus atos normativos. No ano de 1914, ele foi transferido para salas ao sul do Palácio do Governo, situado na Praça Olímpio Campos, e no final do governo do General Valadão (1918) foi transferida para uma casa na Rua de Maruim. Durante a administração do presidente Manuel Joaquim Pereira Lobo (1921-1923), as reuniões da diretoria deixaram de ocorrer na sede, sendo realizadas no auditório da Biblioteca Pública. Em meio a muitos reveses, em 2 de abril de 1939, a sede atual, localizada na Rua Itabaianinha, no centro da cidade de Aracaju, foi inaugurada na gestão de Epifânio da Fonseca Dória (1937-1939).

Na segunda metade dos anos de 1930, a Casa de Sergipe, como carinhosamente ficou conhecido o IHGSE, passou a receber incentivos dos governos municipal e estadual que, nessa época, era a presença mais atuante no Instituto, por meio de intelectuais do Governo de áreas diversas, desde a década de 1920.

Entre os pioneiros da constituição e construção do IHGSE, estão Florentino Menezes, Prado Sampaio, Manuel dos Passos de Oliveira Telles, Luiz José da Costa Filho, Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior e Elias do Rosário Montalvão, este tido como mentor intelectual do projeto.

A primeira edição da revista do IHGSE, datada de 27 de agosto de 1912, destaca o estatuto e a constituição do Instituto e apresenta relatos de seus pares e colaboradores. A função da revista seria informativa, com prestação de serviços à sociedade civil.

De acordo com análise realizada por Freitas (2002), pode-se perceber que a revista, embora concebida como veículo de registro e preservação da memória histórica, sofria em sua elaboração fortes ingerências pessoais, e certamente políticas, na seleção e redação de seus temas.

### *Revista do IHGSE: Edição do Centenário de Independência de Sergipe*

A edição volume V, de 1920, da RIHGSE, comandadas pelos redatores: Desembargador Liberio de Souza Monteiro, Dr. Álvaro Fontes da Silva e Dr. Antonio Batista Bittencourt, publica um número especial, consagrado à comemoração do primeiro centenário da emancipação política de Sergipe. O caderno reproduz e registra os desdobramentos do decreto de 8 de



julho de 1820, através do qual D. João VI informa ao Conde Palma, então Governador da Bahia, da elevação da Capitania de Sergipe à condição de território independente.

A estrutura da revista foi dividida em quarenta temáticas, que compreendem correspondências de confrades de diferentes partes do Brasil, ilustrações, retratos, e uma temática ou outra voltada a questões de saúde e religião, e o contexto político-social. Em linhas gerais, o volume é dedicado a relatar os preparativos e a celebração do centenário da independência de Sergipe.

Os editores do periódico se preocuparam em publicar as atas das reuniões de preparação da celebração. Em 9 de fevereiro de 1919, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, situado a Rua Maruim, na cidade de Aracaju/Se, às 18 horas, sob a presidência de José Joaquim Pereira Lobo, então presidente de Estado e presidente honorário do Instituto, e a presença, além dos membros da direção do Instituto, de autoridades como Dom José Thomaz Gomes da Silva, bispo de Aracaju e representante do Estado de Mato Grosso, e Oscar Lins de Azevedo, então capitão dos Portos do Estado e representante do Ministro da Marinha, foi iniciada a reunião, que contou com a presença da maioria dos sócios do IHGSE, autoridades civis e militares, membros da imprensa e grande número de ‘senhoras e senhoritas’, que nesse tempo figuram no cenário como espectadoras.

A sessão teve início com o discurso do presidente, seguido da leitura da ata da reunião anterior, e todo um expediente onde foram lidos ofícios e telegramas destinados àquela Casa. Passado esse primeiro momento cerimonial, inicia-se a pauta da reunião. Através de Caldas Barreto foi posta em pauta a necessidade da celebração do Primeiro Centenário da Emancipação Política de Sergipe como segue:

[...] aproveitando a solenidade daquela reunião, dignamente presidida pelo primeiro ministrado do Estado, e se aproximando a data mais grandiosa da nossa história pátria, o 1º Centenário da emancipação política de Sergipe, a 8 de julho de 1920, assistia-lhe o dever de levar ao conhecimento dos seus prezados consocios que o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em harmonia de vistas com o Governo do Estado, commemorará a passagem dessa memorável data<sup>5</sup>. (RIHGSE, 1920. p.18)

A mesma ata revela que na ocasião foi instituída comissão executiva, composta por membros do Instituto, para organização da festa do primeiro centenário, a ser comemorado em 1920. O comitê organizador foi constituído por Pereira Lobo, presidente; Álvaro Fontes da Silva, secretário geral; José da Silva Ribeiro, tesoureiro; José Thomaz Gomes da Silva;

5 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Volume V. anno V, 1920. p.18.

Deodato da Silva Maia; Evangelino de Faro; Antônio Teixeira Fontes; Manoel Joaquim Pereira Lôbo; Antonio Batista Bittencourt; Gentil Tavares da Motta e Luiz José da Costa Filho. A composição da comissão foi aprovada por unanimidade. Na ocasião discursou, ainda, o conferencista Costa Filho que exaltou a importância do Barão do Melgaço, Augusto Leverger, menção que mereceu agradecimento por parte de Oscar Lins de Azevedo, representante do Ministro da Marinha.

A ata desse primeiro encontro atém-se essencialmente, portanto, a registrar a instituição da comissão de responsáveis pelo desenvolvimento das atividades necessárias e adequadas à comemoração festiva dos cem anos de emancipação política do Estado.

Os membros da executiva do centenário da emancipação política de Sergipe reuniram-se em 16 de abril de 1919, na sede do Palácio da Presidência em Aracaju. Estiveram presentes Pereira Lôbo, presidente do Estado e presidente honorário do IGHSE; José Thomaz, bispo de Aracaju; Álvaro Fontes da Silva, secretário-geral do Estado; Manoel Caldas Barreto Neto, Evangelino José de Faro e Antônio Teixeira Fontes, desembargadores; Francisco Carneiro Nobre Lacerda, presidente do Tribunal de Relação; Antonio Baptista Bittencourt, intendente municipal; Gentil Tavares da Motta e João Neto, deputados estaduais; Sabino Ribeiro, presidente da Associação Comercial; Manoel Joaquim Pereira Lobo, chefe do Serviço de Recrutamento; José da Silva Ribeiro, consultor jurídico do Estado; Luiz José da Costa Filho; Francisco Monteiro de Almeida; Francisco de Carvalho Lima Junior; Jacinto Ribeiro, Floduardo Fontes; Antônio Gomes da Cunha Júnior e Adolpho Ávila Lima. É de registrar a inexistência da figura feminina na composição da comissão.

Tomando a palavra, o Desembargador Caldas Barreto proferiu eloquente discurso aos membros da comissão enfatizando a importância daquele encontro, ressaltando a importância dos que se faziam presentes ali e destacando a simbologia histórica que o 8 de julho de 1820 teve para a história de Sergipe.

A título de ilustração, segue trecho de intervenção feita na reunião da comissão responsável pela organização dos festejos do centenário da emancipação política e inscrita na edição da RIGHSE em exame:

[...] Com a palavra, o Exm.º Sr. desembargador Caldas Barreto, Aos nove dias do mez de Fevereiro ultimo, em secção extraordinária do Instituto Historico e Geographico de Sergipe,[...],dar-se-á hoje a primeira reunião para deliberarmos sobre os melhores meios de se celebrar condignamente o anniversario da Emancipação politica de nossa querida Patria, que é Sergipe, facto que ocorreu em 8 de julho do anno de 1820, no reinado do glorioso monarcha D. João VI (RIHGSE, 1920. p.18)



O texto transcrito evidencia a referência afetuosa a Sergipe, referido como querida pátria, e a D. João VI, denominado glorioso. Nota-se também, na sequência do trecho transcrito, a preocupação com a memória de Sergipe, “não devemos, portanto, deixar em silêncio, despercebidamente, tão memorável acontecimento, que constitui a mais bela página da nossa vida social e política” (RIHGSE, 1920. p.18)

Fica patente que os mecanismos racionais e sentimentais de comemoração foram postos em pauta. Segue-se, então, a defesa de sua realização em função da necessidade de aproveitar a oportunidade para construir relação com o centenário passado histórico.

O desembargador Caldas Barreto, em discurso ufanista, exalta a nação brasileira e busca configurar o ‘herói’ da sergipanidade, Tobias Barreto, que receberá estátua de bronze em praça pública. De sua oratória no salão presidencial consta, “[...] Nós, senhores, nesse grandioso dia, precisamos erigir em bronze um monumento a Tobias Barreto, [...] Após esse acto de reconhecimento justiça e alto civismo, devemos distribuir medalhas de bronze, como lembranças das festas [...]”.(RIHGSE, 1920. p.18)

A imagem abaixo registra os membros da Comissão Executiva do Primeiro Centenário da Emancipação Política de Sergipe.

**Figura: Comissão Executiva das Festas do Primeiro Centenário da Emancipação Política de Sergipe (1820-1920).**



Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Volume v., ano v, 1920.

No curso da leitura da ata transcrita na edição comemorativa da RIGHSE, chama atenção a conclamação de todos os intelectuais sergipanos para que viessem participar e colaborassem relatando fatos que pudessem alargar e aprofundar os poucos relatos existentes sobre a independência sergipana:

Necessitamos também da collaboração de todos os intellectuaes Sergipanos, residentes dentro e fóra do Estado, para escreverem memórias sobre o magno assumto, as quais serão publicadas em numero especial da Revista do Instituto [...], até o mez de fevereiro do anno vindouro [...]. Finalmente, faz-se mister, sem perda de tempo, que nessa maior data Sergipana, já tenhamos a nossa carta Geographica, sendo escoimada de todos os erros, a fim de ser distribuída pelos Estados da Federação pelas escolas publicas e particulares, pelos Institutos Históricos e pelas bibliothecas publicas do nosso paiz [...] Para maior realce e mais proveito da festividade commemoração com que projectamos, em hora tão feliz, marcar a data do 1º Centenário [...], ser levantada a carta geographica de Sergipe, fiel, exacta, perfeita e real. (RIHGSE, 1920. p.18)



Caldas Barreto faz crítica à forma pela qual estava sendo conduzida a história de Sergipe, pois não existiam na época, de acordo com suas palavras, documentos oficiais que levassem a preservação da ‘veracidade’ histórica de Sergipe:

No tocante, pois, a Geomorphographia deste Estado, andamos á cabra cega, nas escolas, na nossa administração, nos nossos livros, nos nossos gabinetes [...]. Isso feito, a estatística official rematará tão importante obra fornecendo-lhe o valioso contingente de informação precisas. (RIHGSE, 1920. p.18)

Esse, porém, não foi o único discurso proferido na ocasião da reunião da comissão. Outras elocuições, na mesma perspectiva, foram proferidas, como a de Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, que enfatizou a necessidade de expor as riquezas agrícolas, por meio da confecção de álbum agrícola, industrial, político, literário e econômico do Estado, moção apoiada por Sabino Ribeiro, que sugeriu a exposição dos produtos industriais. Álvaro Silva propôs a confecção da Bandeira Oficial de Sergipe.

Em suma, na reunião houve a aprovação das seguintes medidas:

- ereção, em 24 de outubro do ano seguinte, em Aracaju, de estátua de Tobias Barreto;
- cunhagem de medalhas de bronze comemorativas do Primeiro Centenário;
- publicação de número especial da Revista do Instituto;
- publicação de álbum ilustrado de Sergipe;
- realização de exposição de produtos industriais sergipanos;
- confecção da bandeira do Estado;
- Aumento do número de membros da Comissão Executiva, que assim ficou constituída: presidente, José Joaquim Pereira Lôbo, vice-presidente, Manoel Caldas Neto; secretário-geral, Álvaro Silva;

tesoureiro, Sabino Ribeiro; D. José Thomaz; Wenceslau de Oliveira Guimarães; Evangelino de Faro; Antonio Teixeira Fontes; Francisco Carneiro Nobre Lacerda; Deodato da Silva Maia; Manoel dos Passos de Oliveira Telles; Manoel Joaquim Pereira Lôbo; Antonio Baptista Bittencourt; Adolpho Ávila Lima; Luiz José da Costa Filho e Gentil Tavares da Motta.

A ata da reunião registra que foi encerrado o encontro e foi subscrita por Álvaro Fontes da Silva, então secretário-geral da Comissão Executiva do Primeiro Centenário da Independência de Sergipe.

As intervenções transcritas na ata evidenciam a fragilidade do registro e conservação da narrativa histórica e política de Sergipe, que se apresentava com profundas lacunas e carente de interpretações que fossem capazes de serem utilizadas para referendar os acontecimentos, em geral, e o da Independência do Estado, em especial.

Aspecto a ser destacado é a preocupação que se tem em rememorar o evento a ser comemorado por meio da confecção de lembranças e de exposição/confecção de símbolos que traduzam a expressividade da comemoração, como a Bandeira de Sergipe, que, criada para uma Campanha de Navegação, veio a se tornar símbolo de Sergipe em 1920, com as listas representando a integração de Sergipe com a Federação e as estrelas, as cinco mais importantes bacias fluviais do Estado.

Somando forças, tem-se também a contribuição de Deodato Maia, deputado federal por Sergipe, que apresentou projeto de lei propondo beneficiar os membros da comissão organizadora por meio de concessão de franquia postal e telegráfica, bem como de passe livre nas companhias de navegação e estradas de ferro federais.

Da leitura da ata, pode-se inferir o esforço para construir estratégias de políticas públicas voltadas à divulgação e preservação da memória de eventos constitutivos da identidade da coletividade local, a ser comemorado a partir do acontecimento da emancipação política do Estado em seu primeiro centenário.

### *O 08 de Julho de 1920: Comemoração do Centenário*

Na Sessão Magna do Instituto Histórico, em 8 de julho de 1920, presidida pelo Desembargador Manoel Caldas Baretto Netto e aberta à comunidade, estiveram presentes autoridades locais, os membros do Instituto, personagens da comunidade sergipana e o Ministro da Justiça, Oliveira Valadão, representando o Presidente da República.

O discurso inicial proferido pelo então presidente do IHGSE rememorou a história do Brasil Colônia, destacando as melhorias havidas com a chegada da família real, que, progressivamente, desvincularam o Brasil das



políticas impostas pela condição colonial, uma vez que passou a ter *status* de sede do Império português, de onde viria a se tornar independente em 1822. No bojo desse processo, promoveram-se mudanças profundas na estrutura e relação de poder, que em Sergipe pode ser constatado, entre outros eventos, na mudança da Capital da Província de São Cristóvão para Aracaju, em 1855; na visita do Imperador D. Pedro II a Sergipe, em 1859; na participação do Brasil na guerra do Paraguai, entre 1864 a 1870, em que Francisco Camerino se transformou em herói regional, símbolo da bravura e do civismo sergipanos e que hoje empresta seu nome a uma praça de referência na zona central de Aracaju.

Segundo os registros da ata, durante a sessão comemorativa ocorreu à entrega ao museu do Instituto, por Elias Montalvão, do calendário do ano de 1820, e de uma medalha de bronze, correspondente ao valor de dez reis, cunhada a época da independência.

O consórcio Graccho Cardoso agradeceu ao Instituto a aprovação do busto de Tobias Barreto, a ser inaugurado em 24 de outubro do mesmo ano. Durante a solenidade dr. Carvalho Neto pediu afastamento da função de orador oficial da Casa. Dr. Costa Filho por meio de conferência destacou o papel do comendador Sebastião Gaspar de Almeida Botto.

A convite do IHGSE, a Banda do Corpo Policial esteve encarregada do componente musical do evento. Foram distribuído aos presentes retratos de D. João VI, do dr. Pereira Lôbo, então presidente do Estado, e de Sebastião Gaspar de Almeida Botto, bem como reproduções do texto do decreto real de 8 de julho de 1820.

### *Considerações finais*

Embora a nona edição da RIGHSE (1920) não o registre, as relações com o presidente da Província não eram fáceis. Dantas (2012) entende que essa animosidade se devia a querelas do passado, em virtude de J.J. Pereira Lobo ter sofrido *impeachment* vinte anos antes. O fato é que, embora se tenha comemorado o centenário em 8 de julho de 1920, data defendida pelos confrades do IHGSE ao abrigo do decreto por D. João VI, o governo do Estado optou por celebrar o acontecimento em 24 de outubro, data em que chegou aos sergipanos a confirmação da emancipação.

Ao que parece a divergência de datas e os ressentimentos contribuíram para que o presidente J. J. Pereira Lobo não estivesse presente na cerimônia realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 08 de julho de 1920. Nas palavras de Dantas (2012, p. 83), o governo realizou a cerimônias em 24 de outubro, que, segundo Nunes (1965-1978)<sup>6</sup>, é considerado “data histórica de recuperação da independência de Sergipe”.

6 Qual o significado do 24 de outubro? In: RIGSE, nº 27, 1965-1978.



Ao longo dos anos, o 08 de julho transformou-se na celebração da independência de Sergipe do IHGSE para seus consórcios e comunidade intelectual, e o 24 de outubro uma celebração de maior participação do popular financiada pelo Estado e voltada a comemorar a história sergipana.

O que cabe destacar é que o processo de independência de Sergipe ao longo da sua consolidação passou por momentos distintos desde o decreto de Dom João VI, em 8 de julho de 1820, que coloca a Capitânia de Sergipe Del Rei como independente do governo baiano, e, já no regime imperial, com D. Pedro I, com a reafirmação da autonomia sergipana, e sua consolidação, juntamente com o processo de reconhecimento da independência do Brasil corrida em 1822. São esses fatos que a intelectualidade sergipana na década de 1920 buscou transformar em memória oficial.

A celebração da autonomia política, no primeiro centenário da emancipação política de Sergipe, reflete a urgente necessidade de construir símbolos e referências dessa identidade. Fato notório e presente ao realizarmos a análise da edição especial da RIHGSE e observamos os desafios de desenharmos um estado que celebra seu primeiro centenário no ano de 1920.

A análise procurou sumariar o conteúdo da publicação de 1920 em que se percebe o empenho da elite intelectual sergipana do início do século XX em superar crônica insuficiência e adequação no tratamento dos temas e matérias pertinentes à História de Sergipe. Toma relevo a ausência de intelectuais mulheres na comissão coordenadora do evento comemorativo.



## *Referências*

BARROS, José D'Assunção. História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. **Revista do curso de História**. V. 1, 2008. Disponível em <<http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/histoc81ria-policc81tica-dos-objetos-tradicionais-ao-estudo-dos-micropoderes-do-discurso-e-do-imaginacc81rio.pdf>>, acesso em 11 de jul. de 2018.

DANTAS, Ibarê. **História da Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE 1912-2012**. São Cristóvão. Coleção Biblioteca Casa de Sergipe. Editora UFS. Aracaju: IHGSE, 2012.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DINIZ, Diana Maria de Falo Leal (Coord.). **Textos para história de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/ BANESE, 1991.

FREITAS, Itamar. **A Escrita da História na 'Casa de Sergipe' - 1913/1999**. Coleção Nordeste. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Historiografia sergipana**. São Paulo: São Cristóvão/SE. UFS, 2007.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. A História Política no campo da história cultural. **Revista de História Regional** 3(1) 25-36, verão 1998.

NEVES, Lúcia Maria B. P. das. O império do Brasil. In: **A corte na América**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: problemática dos lugares**. Projeto história. São Paulo, 1993.

MATOS, Odilon Nogueira de. Notícia Bibliográfica e Histórica. Páginas da historiografia **Sergipana**. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Departamento de história. Ano VII; nº 69. p. 213-268. Agosto/setembro de 1975.

NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**. 1º Volume (1820 - 1831). Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

\_\_\_\_\_. Qual o significado do 24 de outubro? IN: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Número 27. 1965-1978.

\_\_\_\_\_. **Sergipe colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MENDONÇA, Nunes. A verdade sobre o fundador do I.H.G.S.J.A. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Número 27. 1965-1978.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **A Independência e a Construção do Império**. São Paulo: Atual, 1995.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: Typ. Commercial. Volume V. anno V, 1920.

SANTOS, Lenalda Andrade. OLIVA, Terezinha Alves. **Para conhecer a História de Sergipe**. Aracaju: Opção Gráfica. 1998.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração / Comemoração: as utilizações sociais da memória. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, volume 22, nº 44, 2002.

